

Discurso de Mário Soares (Berna, 18 Maio 1988)

Source: SOARES, Mário. Intervenções. Volume 3. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

Copyright: (c) Imprensa Nacional-Casa da Moeda

URL: http://www.cvce.eu/obj/discurso_de_mario_soares_berna_18_maio_1988-pt-73ff488e-45eb-49af-862d-3acd48a5dc6d.html

Publication date: 22/10/2012

Europa dos Cidadãos*

Quero, em primeiro lugar, agradecer as acolhedoras palavras de boas-vindas que, em nome do Povo suíço, Vossa Excelência acabou de me dirigir.

Sinto-me extremamente feliz em poder estar hoje aqui. Na verdade, esta é a primeira visita de Estado que alguma vez um Presidente da República Portuguesa efectuou à Confederação Helvética, facto que lhe confere um significado histórico que muito me honra.

A visita que hoje inicio realiza-se num momento particularmente favorável. Na verdade, a Nação que aqui represento perante Vossa Excelência, sendo das mais velhas da Europa, constitui de facto um país novo, que busca em liberdade e em paz os caminhos da modernização e do desenvolvimento. Portugal perdeu, ao que creio, para sempre, a imagem de um país parado no tempo e na História, que infelizmente foi a sua ao longo das quase cinco décadas de Ditadura.

Após a Revolução dos Cravos, de 25 de Abril de 1974, o meu País devolveu a liberdade a cinco países africanos, que uma política retrógrada teimava em manter submetidos ao regime colonial; institucionalizou uma democracia pluralista, frustrando, do mesmo passo, as tentativas de perversão totalitária da Revolução; venceu duas graves crises financeiras, subsequentes aos dois choques petrolíferos; reabsorveu, sem problemas de maior, quase um milhão de retornados vindos das ex-colónias; recuperou uma situação financeira equilibrada e está hoje lançado numa política de modernização e de desenvolvimento. Ao integrar-se na Comunidade Europeia, reencontrou Portugal as suas raízes históricas, geográficas e culturais e os meios capazes de levar a bom termo a tarefa de ressurgimento económico e de equilíbrio social que é um dos grandes objectivos da jovem Democracia, que representa.

Esta minha visita à Suíça representa assim o encontro de um Portugal, devolvido aos mais sãos princípios da convivência cívica, com um País onde os valores supremos da liberdade, da paz social, do progresso económico e do respeito pelos direitos humanos são, desde há muito, cultivados, o que lhe dá jus, a ser, no mundo contemporâneo, uma referência exemplar.

Senhor Presidente: Conforme referi já a Vossa Excelência, Portugal atravessa hoje um período de estabilidade política e de progresso social, que nos permite encarar com optimismo o futuro. Os mais recentes indicadores económicos são muito animadores, estando reunidas invulgares condições para que a cooperação económica entre Portugal e a Suíça se desenvolva e alargue a novas áreas e com nova dimensão.

O investimento suíço em Portugal, que é actualmente importante, continuará a encontrar boa receptividade, fornecendo à Confederação Helvética oportunidade para participar no desenvolvimento e modernização de Portugal.

Encaramos, por outro lado, com redobrado interesse, o prosseguimento da cooperação e do intercâmbio tecnológico e científico – que tem tradições entre nós – e que permitirá que a Suíça possa continuar a desempenhar papel de relevo na formação das novas gerações de técnicos e cientistas de que Portugal carece para poder enfrentar os desafios da nova tecnologia.

Portugal e a Suíça foram membros fundadores da EFTA, organização económica onde Portugal desenvolveu a sua actividade económica e diversificou a expansão dos seus contactos comerciais. A nossa pertença à EFTA proporcionou a muitos dos nossos jovens quadros um contacto enriquecedor com amplos espaços económicos e com doutrinas e regras de conduta liberais.

Quero, por isso, prestar a minha homenagem a uma organização – a EFTA – a que Portugal muito deve e que permitiu a uma geração de técnicos e homens públicos Portugueses um ganho de experiência que se revelou da maior utilidade nas longas e exaustivas negociações que precederam a assinatura, em 1985, do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

Nos nossos dias, ainda, a indústria de Portugal, país comunitário, continua a beneficiar, na sua modernização

e desenvolvimento, do apoio do Fundo EFTA, circunstância que não podemos ignorar e pela qual não quero deixar de manifestar o meu apreço e a minha gratidão.

Portugal sabe que a Europa não se esgota na Comunidade Económica Europeia. Pelo contrário. A Europa que queremos construir deverá ser alargada aos países que partilham com a Comunidade os valores da liberdade, que aceitam a democracia pluralista e defendem os direitos do homem. Essa será a Europa dos Cidadãos, caracterizada por forma de convivência, de relacionamento e de diálogo que queremos exemplares e pela livre circulação de pessoas e de ideias. A Europa das tecnologias, em cuja construção participam já países não comunitários, é bem a prova desse desejo que anima a Comunidade Europeia de não confinar a sua acção aos limites geográficos dos Estados que a compõem.

A Europa terá, por outro lado, de prosseguir um ideal político mais amplo e generoso, não devendo ser encarada apenas sob o prisma de uma estreita dimensão continental, no seu sentido geográfico ou económico estrito. Deve ser vista, pelos países do Terceiro Mundo, como um espaço de solidariedade.

É esta concepção que nos leva a não esquecer países de outros continentes, a que nos ligam laços especiais de índole histórica e cultural.

A unidade europeia não é incompatível com a manutenção e desenvolvimento de tais elos, devendo antes ser assumida como uma componente do seu reforço.

Portugal, que partilha com nações de vários continentes uma tradição cultural e uma língua, hoje falada por mais de 170 milhões de seres humanos, está bem consciente da necessidade da Europa não se desinteressar dos problemas que afectam aqueles povos que continuam a travar uma luta quotidiana contra a fome, a doença e várias formas de miséria humana e material.

A solidariedade para com esses Povos é um imperativo moral e político, a fim de os ajudar a se libertarem de situações marcadas pela instabilidade política e social, a violência e a falta de respeito pelos direitos humanos.

Contudo, havemos de reconhecer que para muitos dos povos referidos a solução não residirá tão-só na cooperação e na solidariedade económica ou humanitária. Tal é o caso das nações pertencentes à África Austral. Para estas é indispensável encontrar uma solução política global, que leve a África do Sul a pôr fim à política desumana de apartheid, devolvendo a paz e a estabilidade aos povos da região.

Portugal tem sido solidário com os chamados países da linha da frente e, muito particularmente, com Angola e Moçambique. Mas advoga a necessidade de políticas coordenadas de ajuda que permitam encontrar soluções globais para os problemas tão agudos e dramáticos que afligem aquela conturbada área do mundo.

Sabemos que a Suíça tem adoptado idêntica posição, votando programas bilaterais de auxílio e cooperando com projectos internacionais de financiamento para acções humanitárias de urgência. Saudamo-la por isso.

Ainda a respeito de situações graves em outros continentes não quero deixar de referir o caso de Timor Leste.

Como é sabido, a ilegítima ocupação militar daquele território, pela Indonésia, tem impedido o povo timorense de exercer livremente o seu direito à autodeterminação, ao contrário do que estipula a Carta das Nações Unidas.

Portugal não tem deixado nunca de condenar publicamente esta violação flagrante de um dos princípios básicos do direito internacional, violação que tem sido acompanhada, no caso de Timor Leste, por um total desrespeito pelos mais elementares direitos humanos e pela identidade cultural própria do Povo Maubere.

Senhor Presidente: Não posso concluir sem deixar aqui expressa uma clara referência à esperança que o meu País deposita nos novos tempos de paz que se anunciam. Com realismo e prudência, saudamos os acordos de

Washington e esperamos que das conversações que terão brevemente lugar em Moscovo possam resultar medidas concretas e sérias, visando novas e substanciais reduções quantitativas e qualitativas nos armamentos nucleares das duas superpotências.

Estou certo de que a Suíça, país neutro e, desde sempre, exemplar defensor da paz, saudará a vontade política, o realismo e o bom senso que tem animado estes significativos passos no campo do desanuviamento da situação internacional.

Não quero terminar sem fazer uma referência à presença na Suíça de uma importante comunidade portuguesa que, com o seu trabalho, a sua dedicação e o seu espírito empreendedor, tem contribuído para a boa imagem de Portugal e para o aprofundamento dos laços de amizade que unem os nossos dois povos.

É o reforço dessa amizade que eu quero exaltar, ao mesmo tempo que reitero a Vossa Excelência e, por seu intermédio, a todo o Povo Suíço, o meu agradecimento, e de todos os que me acompanham, pela generosidade do vosso acolhimento e pelo calor do vosso convívio.

* Discurso proferido em Berna, em 18 de Maio de 1988, por ocasião da visita oficial à Suíça.